



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0012755-42.2002.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Requerente: **Marcos Roberto do Nascimento**  
 Requerido: **Luis Carlos Gallo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

Em execução movia por MARCOS ROBERTO DO NASCIMENTO, qualificado(s) na inicial, Luis Carlos Gallo, também qualificado, opôs impugnação alegando a penhora de cotas de capital da *Cooperativa de Ex-Funcionários da CBT, MPL Motores e Mário Pereira Lopes Empreendimentos* equivale a verba alimentícia na medida em que lhe foram cedidas a título de honorários advocatícios, pretendendo, assim, o reconhecimento da impenhorabilidade e insubsistência da penhora.

O credor/impugnado respondeu sustentando que as cotas penhoradas são justamente aquelas vendidas pelo executado a ele, credor, e que foram objeto da condenação contida na sentença executada, reclamando, assim, a rejeição da impugnação.

É o relatório.

Decido.

Tem razão o credor/impugnado, pois a ação de cobrança cuja sentença condenatória ora é executada teve por objeto a cessão, pelo então réu, ora executado/impugnante, ao autor, ora exequente/impugnado, de 25.000 cotas de capital da *Cooperativa de Ex-Funcionários da CBT, MPL Motores e Mário Pereira Lopes Empreendimentos*, cujo pagamento o o então réu, ora executado/impugnante, faria ao autor, ora exequente/impugnado, quando "*do pagamento efetuado pela Cooperativa de Ex-Funcionários da Companhia Brasileira de Tratores*" (sic. – cláusulas *terceira* e *quinta* do contrato de fls. 29/31).

Se é assim, recebidas essas cotas pelo executado/impugnante, não importa se recebidas a título de honorários advocatícios, cumpre-lhe honrar o contrato, de modo que impenhorabilidade, aqui, equivale àquela em que o devedor voluntariamente abre-mão: "*Penhora - Nomeação pelo devedor de bem absolutamente impenhorável - Validade - Renúncia do direito à impenhorabilidade*" (cf. Ap. nº 9055740-87.2000.8.26.0000 - 22ª Câmara de Direito Privado TJSP - 19/07/2005 <sup>1</sup>).

A impugnação é improcedente, cumprindo ao executado/impugnante arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 20% do valor da dívida, atualizado, pois "*Interposta impugnação, há forçosa condenação do vencido a pagar custas e honorários advocatícios de sucumbência do agora incidente, porque terá exigido trabalho do profissional do litigante vencedor*" (cf. AI nº 990100687670 - 28ª Câmara de Direito

<sup>1</sup> www.esaj.tjsp.jus.br.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

rivado TJSP - 13/04/2010 <sup>2</sup>).

A fixação da sucumbência se fez no patamar máximo porquanto evidente o intuito protelatório da medida.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente impugnação e CONDENO o executado/impugnante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 20% do valor da dívida, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 05 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>2</sup> [www.esaj.tj.sp.gov.br](http://www.esaj.tj.sp.gov.br).